

## A LEI DE DEUS ESCRITA NA CONSCIÊNCIA: QUANDO SE ENCONTRAM NA HISTÓRIA OS ESPÍRITAS E OS MAÇONS

Nadia Rodrigues Alves Marcondes Luz Lima \*

**RESUMO: Objetivos:** o artigo sugere uma análise reflexiva sobre o contexto histórico que, a partir do século XIX, gerou profundas modificações sócio-culturais tanto na Europa, como no Brasil, introduzindo na história do pensamento ocidental a teoria doutrinária espírita, contida nas obras publicadas pelo francês Allan Kardec, culminando com a intolerância por parte da igreja católica apostólica romana. **Metodologia:** documentos da igreja católica, trechos das obras básicas da codificação kardecista, transcrição de discursos de orador espíritas em lojas maçônicas do Brasil e a obra *Roma e o evangelho*, esta última considerada rara, serviram para a reflexão e composição da narrativa, utilizando-se os modelos indutivo, dedutivo e analítico-comparativo. **Resultados:** transcrições de trechos das obras anteriormente citadas resultaram na elaboração de um corpo textual inovador e inédito. **Conclusões:** das reflexões trazidas no artigo, observa-se a possibilidade de se desdobrar em outras, também inéditas, contribuindo para a expansão temática de abordagens da história da cultura no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** espiritismo, maçonaria, história cultural, história das religiões e religiosidades

**ABSTRACT: Objectives:** this paper suggests a reflexive analyzes about the historical context, that from the 20<sup>th</sup>. century generates a deep social-cultural modification, as in Europe as in Brazil, introducing in the history of occidental thought, the spiritist doctrine theory, in the work published by the french Allan Kardec, culminating with the intolerance of the apostolic catholic roman church. **Methodology:** catholic church documents, basics excerpts of works about the kardecist codification, speeches transcription of spiritists speakers in masonry of Brazil, and the work *Rome and the gospel*, this one considered rare, served to the reflexion and narrative composition in an inductive, deductive and analytical-comparative modes. **Results:** transcriptions of works excerpts previously mentioned, resulted in a drawing up textual corps innovative and unique. **Conclusions:** from the reflexions elaborated in this article, observe the possibility to extend in others, also innovative, contributing to the expansion of the thematic in the cultural history in Brazil.

**KEY WORDS:** spiritism – masonry- cultural history, history of religion and religiousness.

### A lei de Deus escrita na consciência: quando se encontram na história os espíritas e os maçons

O que se propõe neste trabalho, a princípio, é a possibilidade de reflexão sobre as condições históricas que propiciaram a união e cumplicidade, visivelmente existentes ainda na atualidade, entre grande parte dos integrantes da ordem maçônica e os estudiosos ou seguidores da doutrina espírita, seja em qualquer um de seus aspectos, filosófico, científico ou mesmo religioso. Em razão de a temática envolver questões que implicariam abordagens extensas e complexas, optamos por nos restringir, na medida do possível, à análise e transcrição parcial de alguns dos principais documentos e

---

\* Doutoranda em História e Cultura Social, Unesp-Franca; Docente de História Moderna, Unifran.

publicações que, ao longo da história, - privilegiando o recorte temporal a partir da segunda metade do século XIX -, puderam servir como forma de diálogo ou confronto, entre a igreja, a maçonaria e o espiritismo.

Como fontes que pudessem permitir subsídios para a contextualização de nossa abordagem, procuramos analisar algumas ocorrências históricas, que resultaram em produção de documentos escritos, já publicados e, portanto, passíveis de transcrição, como a Constituição apostólica *In Iminenti* (1738), as Cartas encíclicas *Mirari Vos* (1832), *Quanta Cura* (1864), *Humanum Genun* (1884), a Bula *Ineffabilis Deus* (1854), a *Constituição dogmática* e os *Cânones da fé católica*, resultantes do Concílio Vaticano I (1870), bem como das obras da codificação de Allan Kardec (1857 a 1868), as compilações do *Círculo Cristiano Espiritista de Lérida*, publicadas sob o título *Roma e o evangelho* (1874), na qual se acha publicado na íntegra, o discurso do bispo Strossmayer, pronunciado diante da assembléia de prelados que compunham o quadro de participantes do Concílio Vaticano I, expondo e justificando seu voto contrário à idéia lançada que propunha a infalibilidade papal.

Como forma de ilustrar o desdobramento obtido a partir da publicação da obra *Roma e o evangelho* na Espanha, ao mesmo tempo em que sugerimos uma análise reflexiva sobre a possibilidade dos imigrantes espanhóis que vieram para o Brasil, trazendo consigo os conhecimentos do espiritismo, consultamos Mário Mendéz Bejarano, por se tratar de estudo clássico sobre a história da filosofia na Espanha.

O pensamento de Ivan Manoel, desenvolvido em duas de suas obras, *Igreja e educação feminina: uma outra face do conservadorismo* (1996) e *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico* (2004), foram imprescindíveis para a composição deste trabalho, especialmente para que pudéssemos discernir na história momentos em que as ações institucionais da igreja compreendida como instrumento político, confundiam-se, com questões doutrinárias.

Para completar nossa análise, partindo do presente e com o intuito de situar geográfica e culturalmente nossa argumentação, que almeja privilegiar a história da cultura no Brasil, apoiamo-nos, com a finalidade de alcançar os pressupostos intrínsecos ao título desta comunicação, em duas palestras proferidas pelo médium baiano Divaldo Pereira Franco, quando em reuniões festivas e de comemorações, na Loja Maçônica “Amor à Virtude,” na cidade paulista de Franca, por ocasião de seu centenário, e na

Loja Maçônica “Luiz de Camões”, no Rio de Janeiro, quando se comemorava o Dia do Maçom, cujas transcrições se acham publicadas na íntegra, respectivamente, no volume I da coleção *Do antigo Egito à física quântica* e em *A maçonaria, a ciência e a filosofia orientalista*, (POGGETTI, 2006).

A escolha do título deste trabalho justifica-se, à medida que consigamos transpor a época presente, buscando retomar no passado, nos anos posteriores à primeira edição francesa de *O livro dos espíritos*, em 1857, expondo as propostas filosóficas do que viria a ser o conjunto de obras, denominado posteriormente por pentateuco kardecista, compostas com as seqüentes publicações *O livro dos médiuns*, em 1861, expondo as propostas e o método experimental e científico da teoria espírita; *O evangelho segundo o espiritismo*, em 1864, conforme sugere o título, a interpretação dos evangelhos de acordo com a filosofia espírita, posteriormente e principalmente no Brasil, vindo a tornar-se religião; *O céu e o inferno*, em 1865, cujo subtítulo fala por si: a *Justiça de Deus segundo o espiritismo*; *A gênese*, publicada em primeira edição na França de 1868, abordando e desenvolvendo inclusive, cientificamente, questões referentes a interpretação dos chamados milagres pela cultura religiosa católica, desdobrando-se em abordagens sobre as predileções, excluindo o uso do termo sobrenatural para ocorrências consideradas até então como do âmbito do maravilhoso, incluindo-as como fenômenos naturais, passíveis de serem compreendidos e justificados cientificamente.

O conjunto de obras de Kardec e que compõem a doutrina espírita, chegou aos leitores brasileiros, ainda no original francês, quase que de imediato, justificando os diversos jornais de proselitismo filosófico surgidos nas décadas seqüentes. As primeiras traduções brasileiras foram atribuídas ao médico Joaquim Carlos Travassos, no Rio de Janeiro e datam de 1875 para *O livro dos espíritos*, traduzido da 20ª edição francesa, *O livro dos médiuns*, também de 1875, traduzido já da 12ª edição francesa; o mesmo ano para *O céu e o inferno* da 4ª edição francesa; *O evangelho segundo o espiritismo*, em 1876, da 16ª edição francesa; *A gênese*, em 1882, da 8ª edição francesa e posteriormente, com a morte de Allan Kardec, as *Obras póstumas*, traduzidas em 1892 logo da 1ª edição francesa, pelo médico Adolpho Bezerra de Menezes.

Observa-se, a partir da exposição desta seqüência, que três foram as traduções no ano de 1875, justificando nossa intenção argumentativa de que, ainda não se constituindo o espiritismo uma religião, como posteriormente haverá de se constituir no

Brasil, certamente a filosofia exposta e contida na teoria kardecista encontrara, naquela década de 1870, significativa quantidade de público leitor interessado em seu conteúdo, capaz de justificar as seguidas traduções, bem como as novas tiragens editoriais. Observa-se ainda, que em curto espaço de tempo, na França já haviam sido publicadas diversas edições, antes que fossem traduzidas no Brasil. Estas informações, nos possibilitam concluir pelo crescente número de leitores, interessados provavelmente, também no aspecto filosófico e científico das obras, considerando que na França o espiritismo não se constituiu religião.

Finalmente observa-se que se a tradução brasileira de *O livro dos espíritos*, ocorrera no ano de 1875, e que fora extraída a partir da 20ª edição francesa. Considerando que o lançamento da obra fora a 18 de abril de 1857, pode-se pensar que no prazo de dezoito anos a obra referida fora editada vinte vezes, ou seja, provavelmente houvera ano em que duas edições tenham sido publicadas.

Diante do exposto, resta-nos indagar a respeito do público leitor. Que segmento social, ou melhor, dizendo, quais as pessoas que haveriam de se interessar, naquele período histórico, pelo conteúdo das obras codificadas por Allan Kardec? Indagando ainda: em que contexto histórico, sócio-político, econômico ou religioso, viviam estes leitores, tanto do continente europeu como do continente americano, e de modo específico do Brasil?

Nosso esforço neste trabalho consiste em buscar na história e na historiografia subsídios que permitam, a princípio, muito mais lançar indagações, para posteriormente compartilhar as possíveis respostas com outros, que venham desdobrar estas nossas reflexões, do que almejar obter com facilidade as possíveis ou irrefletidas respostas.

Deste modo, passamos a justificar a escolha do título de nossa apresentação: *A lei de Deus escrita na consciência: quando se encontram na história os espíritos e os maçons*, observando que a incontestável aproximação, ou mesmo identificação entre espíritos e maçons, tenha tido início na França, antes mesmo do Brasil, provavelmente em razão de que, nas obras de Allan Kardec, alguns maçons possam ter visto com clareza que identificação de propósitos e ideais filosóficos, resultando naturalmente, de uma proximidade e a sustentação teórico-filosófica para praticamente tudo a que se propunha a ordem, como instituição essencialmente filantrópica, filosófica, educativa e progressista, proclamando em seus princípios, a prevalência do espírito sobre a matéria.

Enquanto o espiritismo expõe que um verdadeiro espírita se reconhece pelo esforço que faz por suas transformações morais, em vencer suas más tendências, a maçonaria sugere a lapidação, o desbastar da pedra bruta que existe dentro de cada um. Princípios éticos e morais comuns que, ao serem reconhecidos, podem ter facilitado a proximidade e convivência em espaços sociais comuns, observando haver sido no Brasil, como característica cultural específica, documentada pela história, o fato de ser comum um mesmo indivíduo pertencer à ordem maçônica e freqüentar reuniões práticas ou de estudo das obras da codificação espírita de Allan Kardec, optando por seguir ou não a religião espírita.

Resumidamente, o texto que compomos neste artigo se propõe a trazer subsídios históricos que possam facilitar uma reflexão sobre alguns contextos sociais, que poderiam haver contribuído para a curiosa questão cultural que se observa rotineiramente no Brasil da atualidade, neste início do século XXI, ou seja, o crescente entrosamento e identificação de propósitos entre maçons e espíritas. Sendo assim, antes de expormos minuciosamente nossa narrativa e transcrições históricas, propomos uma exposição contextual em síntese, de modo a melhor facilitar a compreensão.

Partícipes do Concílio Vaticano I - ocorrido no período de dezembro do ano de 1869 a dezembro de 1870 -, alguns prelados, posteriormente decidem por se retirarem da igreja católica apostólica romana, justificando a discordância com o desfecho do evento, frente à persistente intolerância à liberdade de consciência.

Ao mesmo tempo afirmam reconhecer a possibilidade de ter havido tendenciosas interpretações, sobre outros tópicos apresentados à discussão por ocasião do grande encontro, em especial, ao que se referia ao magistério infalível do romano pontífice. Dentre os presentes no Concílio, estava o bispo Josip Juraj Strossmayer, de Djakovo, Croácia, cujo discurso, diante dos outros 763 prelados convidados ao evento, acabou por torná-lo célebre, ao mesmo tempo em que denunciava a intolerância dentro do próprio meio institucional da igreja católica romana.

Encerrado o evento, a evasão de sacerdotes justificou-se àqueles que primavam pela defesa da liberdade de consciência, prezando também, como condição intrínseca à evolução humana, o uso ilimitado da razão, como instrumento de conhecimento científico, repudiando o chamado segmento ultramontano. As obras de Allan Kardec, que viriam a expor e compor a teoria científico-filosófica do espiritismo, já haviam

surgido na França, a partir de abril do ano de 1857, com *O livro dos espíritos*, trazendo dentre outras questões, a possibilidade de novas interpretações sobre as leis morais, as leis da justiça divina, o direito natural, a possibilidade de evolução dos espíritos, a diversidade dos mundos habitados, a relação dos espíritos com os homens, bem como a proposta da fé raciocinada, sugerindo a desnecessária presença de um padre ou pastor a intermediar a relação criatura-criador, retomando a noção filosófica do *religare*, como sentido primordial da religião.

Expondo a filosofia de Sócrates e Platão como precursora da idéia cristã e do próprio espiritismo, a teoria espírita, ao mesmo tempo em que retomava o “conhece-te a ti mesmo”, sugeria, para adiante afirmar, que as leis de Deus estavam gravadas na consciência de cada criatura, sendo necessário o esforço íntimo de cada um em conhecer a si próprio, para compreendê-las. A fé, deixando de ser interpretada como um dom ou graça dada por Deus, - como homologou o citado Concílio, com o estudo do conteúdo das obras de Kardec, passou a ser compreendida por seus estudiosos, como resultado de uma conquista íntima, fundamentada no esforço individual do uso da razão.

Impulsionados pelo discurso de Strossmayer, um grupo de clérigos dissidentes, decidem por fundar em Lérida, na Espanha, no ano de 1873, o *Círculo Cristiano Espiritista*, a princípio, com a finalidade de investigar nas obras espíritas, pontos ridículos, fraudes, flancos vulneráveis, mas que haveria de servir como instrumento de importante laço de união entre espíritas e maçons, ao publicar no ano de 1874, como resultado de suas pesquisas, a obra *Roma e o evangelho*, editada pela primeira vez no Brasil, em março de 1899, pela Federação Espírita Brasileira, sob a presidência do médico Adolpho Bezerra de Menezes.

Esta instituição, que vinha funcionando desde o ano de 1884, - o mesmo da Carta encíclica *Humanum Genus*, tinha dentre seus fundadores e associados, inúmeros maçons, que decidiram por fundar sua própria livraria e editora no ano de 1897, selecionando a obra acima referida, como um de seus primeiros títulos a ser publicado. Se a lei de Deus estava escrita ou gravada na consciência, nada mais urgente que a liberdade para indagá-la. Nada mais lógico que a compreensão da desnecessária presença da igreja como *guarda e mestra*. Nada mais justo que a liberdade para se desvelar a consciência e desfrutar do conhecimento e da sabedoria por meio da revelação, fruto do esforço individual da fé, iluminada pela razão.

Estando as leis de Deus na consciência, bastava o exercício do uso da razão, para que com o livre pensar, o livre arbítrio ganhasse novo sentido e interpretação, além de que, não mais necessitando de intermediários entre o criador e as criaturas, toda a instituição hierárquica milenar da igreja católica apostólica romana, deixaria de ser necessária. Esta, talvez seja a principal reflexão a que nos propomos, sugerindo desdobrá-la para outras análises mais complexas, que aqui não serão expostas. Restamos despir de preconceitos e indagar com a liberdade de pensamento, se o sentido da religião e do sentimento de religiosidade, necessitam realmente que profissionais, de qualquer que sejam as instituições religiosas que representem, os intermedeiem.

O calcanhar de Aquiles, talvez seja justamente esta questão política e os prováveis desdobramentos que a partir dela possam surgir. Certamente, com as propostas da teoria doutrinária kardecista, a partir da segunda metade do século XIX, inúmeros novos adeptos ou simpatizantes surgiram, tanto na Europa quanto na América e especialmente no Brasil. Ao mesmo tempo em que, por um lado, muitos maçons se identificavam com as suas questões filosóficas, por outro, passou a incomodar outro seguimento, preocupado propriamente em se manter como instituição político-religiosa dominante, a ponto de propor, passados alguns séculos, um novo concílio, o Concílio Vaticano I. Como já anunciamos anteriormente, este artigo não se propõe a polêmicas, mas a uma exposição clara e esclarecedora, de ocorrências históricas, grafadas em documentos de comum acesso público, com a finalidade de uma reflexão um pouco mais complexa e provavelmente, diferenciada. Iniciemos com o conteúdo das obras de Kardec.

Em *O livro dos espíritos*, no capítulo I do Terceiro livro, que trata a questão das *Leis morais*, ao desenvolver o tema sobre *A lei divina ou natural*, abordando os caracteres e o conhecimento da *Lei natural*, Kardec expõe na questão de número 621 e subsequentes, que a lei de Deus estaria escrita na consciência de cada criatura, sendo estas, passíveis de serem-lhe reveladas. Em desdobramento desta mesma questão de número 621, prossegue indagando que diante da possibilidade de o homem trazer a lei de Deus em sua própria consciência, qual haveria de ser a necessidade de lha revelarem?

Em *O evangelho segundo o espiritismo*, logo em sua introdução, encontramos a exposição e afirmativa de haverem sido Sócrates e Platão, os precursores da idéia cristã

e do espiritismo, em capítulo que leva este mesmo nome, permitindo ao leitor, rememorar sobre o método maiêutico, inspirado no “Conhece-te a ti mesmo”.

Sendo ambos os precursores do espiritismo, segundo expõe Kardec, podemos deduzir e concluir que estando a lei de Deus escrita na consciência, portanto acessível a cada criatura, sem necessidade de uma instituição, um padre ou um pastor a lhe conduzir na experiência religiosa.

A partir das obras kardecistas, pode-se dizer que o conteúdo de suas propostas, fosse capaz de induzir à idéia de que para o conhecimento de si próprio, restaria ao homem, contemplar-se e observar que como criatura, seu criador, deixou-lhe impresso na consciência, suas leis, ou seja, semelhante a um mapa de sua trajetória evolutiva, sendo a bússola, o uso da razão.

Ao sentido do exercício do *religere* da Antiguidade, com Kardec e a teoria doutrinária espírita, achava-se explícita a idéia de que a liberdade de pensamento e o uso da razão, são pressupostos fundamentais para criatura em sua marcha evolutiva como espírito imortal e passível de reencarnar-se inúmeras vezes, em cumprimento à lei do Progresso, exposta no capítulo VIII de *O livro dos espíritos*.

Ao desenvolver metodicamente os conceitos de livre-arbítrio e de determinismo, com Kardec idéia de liberdade de consciência ganha minucioso suporte teórico, ao incluir em sua abordagem referente às questões que compõem a capítulo sobre A lei divina ou natural, a afirmação de que a liberdade de consciência faz parte desta mesma lei, sendo esta, condição essencial para a evolução e progresso da humanidade.

Resumidamente e de modo a deixar bem claro todas as implicações, o pensamento filosófico kardecista, ao incentivar a humanidade ao uso da razão frente ao sentimento de fé, ao livre pensar e a liberdade para conhecer a si próprio, discernindo o certo e o errado grafado nas consciências. Fundamentalmente, importa-nos o período e o contexto histórico. O pensamento kardecista se propaga pela Europa, às vésperas da Igreja Católica declarar a infalibilidade papal como uma desesperada tentativa e recurso de poder e unificação político-doutrinária.

Com o espiritismo, surge a possibilidade de abertura e conseqüentemente, uma significativa opção pela ruptura com a hierarquia político-religiosa do catolicismo. Os fatos ocorrem em seqüência. Em 1870, a igreja se veria em luta com os maçons, sob o comando de Victor Emanuel II, no processo de unificação do território italiano, vê-se



restrita ao território do Vaticano. Com o espiritismo, observando que muitos de seus simpatizantes eram maçons, instala-se a intolerância por parte da igreja, que assim como os outros, interpreta corretamente a idéia contida nas entrelinhas das obras kardecistas: não necessitando a ninguém, vincular-se a qualquer instituição de cunho religioso que atribuísse a si própria o desígnio e a responsabilidade de ser a condutora de almas - a guarda e mestra, a razão institucional de ser da igreja católica apostólica romana deixaria de existir.

Mais adiante, em diversos documentos da igreja, os maçons, também denominados livres pensadores, passam a ser denominados pejorativa e equivocadamente por naturalistas. Tal referência sugere a idéia de que os livres pensadores, ao desprezarem a igreja como mestra e condutora, responsável pela guarda daqueles que permanecem na infância espiritual, estariam optando por viverem de modo ao descumprimento das leis de Deus, tendo por guia os instintos naturais. Neste contexto, para fim de mais extensa possibilidade de análise, se junta a publicação de *A origem do homem*, de Darwin, publicada a partir de 1872 e que mais uma vez, há de provocar conflito entre questões da fé e da razão, afinal, se a origem do homem, para a igreja estava em Adão, para os simpatizantes da leitura de Darwin, na evolução das espécies, ou seja, no macaco.

Ainda sobre as leis de Deus, em *O livro dos espíritos*, encontramos que a definição de moral é “*a regra da boa conduta e, portanto, da distinção entre o bem e o mal. Funda-se na observação da lei de Deus. O homem se conduz bem quando faz tudo tendo em vista o bem e para o bem de todos, porque então, observa a lei de Deus*”. (Kardec, 2006, p.225).

Seguindo à exposição de que para se distinguir o bem do mal, define-se, “*O bem é tudo o que está de acordo com a lei de Deus e o mal é tudo o que dela se afasta. Assim, fazer o bem é se conformar à lei de Deus; fazer o mal é infringir essa lei*” (Kardec, 2006, p.225). Explicitando logo a seguir que o homem por si só tem como distinguir o bem do mal, quando crê em Deus e quando se dispõe saber, uma vez que Deus lhe deu a inteligência para que soubesse discernir entre um e outro. Eis com clareza que se expõe a ética do cristianismo, o amar ao próximo como a si mesmo ou ainda, o ‘*não fazer ao outro aquilo que não queira que lhe façam*’.

O discernimento entre o bem e o mal se processa quando se coloca no lugar do outro e, pelo sentimento e razão, desenvolve o senso da justiça, da virtude do amor. Mas adiante, no capítulo I de *O evangelho segundo o espiritismo*, no tópico que trata da *Aliança da ciência e da religião*, encontramos que,

(...) a ciência e a religião são as duas alavancas da inteligência humana; uma revela as leis do mundo material e a outra as leis do mundo moral; mas, umas e outras tendo o mesmo princípio que é Deus, não podem se contradizer; se elas são negação uma da outra, uma necessariamente é errada e a outra certa, porque Deus não pode querer destruir sua própria obra. A incompatibilidade que se acreditava ver entre essas duas ordens de idéias, prende-se a um defeito de observação e muito de exclusivismo, de uma parte e da outra; daí um conflito de onde nasceram incredulidade e a intolerância (KARDEC, 2007, p.39).

Um pouco mais adiante, quando abordarmos aspectos pertinentes à fé e à razão, retomaremos esta questão apresentada na obra de Kardec, afirmando que a incredulidade e a intolerância nascem do conflito entre a ciência e a religião.

Em prosseguimento, consideramos importante nesta abordagem que envolve conceitos como consciência, liberdade de pensamento, livres pensadores, Deus e espírito, incluir a princípio, a definição de Deus e de espírito, de acordo com *O livro dos espíritos*, de modo que possamos facilitar o desenvolvimento desta nossa análise, observando tratar-se de conceitos novos para a época em que as obras espíritas foram publicadas.

Expondo ainda, para efeito de comparação, que a definição de Deus, exposta em obra de autoria de Pierre-Gérard Vassal, antigo secretário geral do Grande Oriente da França, embora com simbologia gráfica diferente, traz em sua essência, o mesmo conceito ou idéia de Deus, trazida em Kardec, vejamos “ *Deus é o pensamento em si, o pensamento absoluto com todos os momentos fundamentais, a razão eterna, a substância e a causa das verdades que o homem percebe*”.(VASSAL, 2004, p.110)

Deus em Kardec é definido como “*inteligência suprema, causa primária de todas as coisas*”, sendo os espíritos, “*seres inteligentes da criação, que povoam o Universo*”, individualizações do princípio inteligente, que usam o pensamento como instrumento de linguagem.

A partir desta síntese conceitual, e considerando a doutrina espírita como uma doutrina cristã, que afirma ser Jesus “*o tipo mais perfeito que Deus ofereceu ao homem*

*para lhe servir de guia e modelo*”, conforme a questão de número 625 da mesma obra citada neste parágrafo, definição esta que de modo algum entra em conflito com a assertiva evangélica a Jesus atribuída: “ *Eu Sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém irá ao Pai senão por Mim*”, somos, portanto induzidos a concluir pela busca do verdadeiro sentido das palavras contidas nos Evangelhos, assim como da necessidade de sua livre interpretação, assim como o fizeram os reformadores da igreja, mediante protesto contra a intolerância; assim como o faz o espiritismo, a partir da obra, cujo título expressa sua real proposta: interpretar *O evangelho segundo o espiritismo*.

A liberdade para interpretar une-se à liberdade para pensar, ao uso da razão sem limite, contrariamente como preconizada pela igreja católica apostólica romana, cujo ápice de intolerância dá-se no ano de 1870 quando, no *Concílio Vaticano I*, atribui a si própria,

A única a quem compete decidir do verdadeiro sentido e da interpretação da Sagrada Escritura; e que, por conseguinte, a ninguém é permitido interpretar a mesma Sagrada Escritura contrariamente a este sentido ou também contra o consenso unânime dos Santos Padres (*Concílio Vaticano I*, Sessão III, Cap. II A Revelação).

A fé sendo definida como ‘*virtude sobrenatural*’, *dom ou graça* concedida por Deus, de acordo com as definições resultantes do Concílio Vaticano I, haveria de ser a responsável por iluminar a razão,

Quando investiga diligente, pia e sobriamente, consegue, com a ajuda de Deus, alguma compreensão dos mistérios, e esta frutuossíssima quer pela analogia das coisas conhecidas naturalmente, quer pela conexão dos próprios mistérios entre si e com o fim último do homem. Ademais, a Igreja, que juntamente com o múnus apostólico de ensinar, recebeu o mandato de guardar o depósito da fé, tem também de Deus, o direito e o dever de proscrever a ciência falsa, a fim de que ninguém se deixe embair pela filosofia e por sofismas pagãos. Eis porque não só é vedado a todos os cristãos defender como legítimas conclusões da ciência, tais opiniões reconhecidamente contrárias à fé, máxime se tiverem sido reprovadas pela Igreja, mas ainda estão inteiramente obrigados a tê-las por conta de erros, revestidas de uma falsa aparência de verdade. Pois a doutrina da fé, que Deus revelou, não foi proposta ao engenho humano como uma descoberta filosófica a ser por ele aperfeiçoada, mas foi entregue à Esposa do Cristo, como um depósito divino, para ser por ela finalmente guardada e infalivelmente ensinada. Daí, segue que sempre se deve ter por verdadeiro sentido dos dogmas, aquele que a Santa Madre Igreja uma vez tenha declarado, não sendo jamais permitido, nem a título de uma inteligência mais elevada, afastar-se deste sentido. (*Concílio Vaticano I*, cap. IV A fé e a razão)

Célebre é a frase de Allan Kardec, que sintetiza estas questões: “*Não há fé inabalável senão aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da humanidade*”, frase esta contida em *O evangelho segundo o espiritismo*, no capítulo XIX, intitulado *A fé transporta as montanhas*.

Dando seqüência e ainda no mesmo capítulo citado, Kardec, considerando a imortalidade da alma e a possibilidade de o espírito renascer diversas vezes, como necessidade natural do processo evolutivo de seu aperfeiçoamento moral, lembra que em algumas pessoas o sentimento da fé “*parece de alguma sorte inata, uma centelha basta para a desenvolver*” (2007,p.242), justificando que a este grupo, pertencem aqueles que em vidas anteriores, já houveram adquirido a compreensão das verdades espirituais, assimilando-as e trazendo em si ao renascer, a virtude anteriormente adquirida, visto ser o espírito, herdeiro de si próprio. Expondo ainda, de maneira minuciosa que à fé seria preciso uma base, sendo

Essa base a inteligência perfeita daquilo em que se deve crer; para crer, não basta ver, é preciso, sobretudo compreender. A fé cega não é mais deste século; ora, é precisamente o dogma da fé cega que faz hoje o maior número de incrédulos, porque quer se impor, e exige a abdicação de uma das mais preciosas prerrogativas do homem: o raciocínio livre e o livre arbítrio. É essa fé contra a qual sobretudo se obstina o incrédulo, e da qual é verdadeiro dizer que não se prescreve; não admitindo provas, ela deixa no Espírito um vago de onde nasce a dúvida. A fé raciocinada, a que se apóia sobre os fatos e a lógica, não deixa atrás de si nenhuma obscuridade; crê-se, porque se está certo, e não se está certo senão quando se compreendeu; eis porque ela não se dobra (KARDEC, 2006, p.242).

Esta citação bem serve para esclarecer e justificar a idéia que aqui buscamos desenvolver, de que o conhecimento do conteúdo da filosofia espírita, aliada à sugestiva idéia de que da filosofia que propugna pela liberdade, desdobra-se também a liberdade da investigação científica.

Nossa análise, ao propor desde o início da composição deste texto, a transcrever citações contidas nas obras kardecistas, nos documentos da igreja, citando ainda conceitos extraídos de obras maçônicas, aos poucos se delineia e permite dialogar algumas questões de filosofia da história destes três segmentos, fixando-se nos ideais de seus integrantes, membros ou seguidores, concentrando-se no esforço de composição de seus universos representativos e simbólicos.

Afinal, não temos a intenção de elaborar um texto tendencioso, mas certamente, um texto que comporte uma análise contextual mais ampla, observando que no Brasil da atualidade, neste final da primeira década, é comum nos depararmos não somente com espíritas integrando as instituições maçônicas, como também católicos, evangélicos, protestantes.

Nossa análise, sendo histórica, consiste em recuperar transcrições, documentos, discursos que possibilitem indagar sobre a possibilidade de que tenha havido ao longo da história, a partir da segunda metade do século XIX, culminando com o Concílio Vaticano I, a clareza de que entre um número considerável de maçons, que se identificaram com o conteúdo filosófico das obras da codificação de Allan Kardec, passando em seguida, a integrar o movimento espírita francês, expandindo-se por diversas regiões da Europa e América, desenvolvendo no Brasil, um sentimento de religião que na atualidade representa importante e específico traço cultural.

Deste movimento espírita que chega ao Brasil no final da século XIX, a história deixou registrado o fato de que em maioria, seus integrantes eram maçons, que se dedicaram ao exercício da benemerência e amparo ao próximo, fundando instituições filantrópicas de amparo à infância, à velhice, ao doente mental, dentre centenas de outras instituições que se dedicaram à alfabetização e educação em geral.

Sem sombra de dúvida, a prática espírita da caridade e a solidariedade ao próximo, incentivada pela maçonaria, proporcionaram no Brasil, a convivência social em espaços comuns, confundindo-se algumas vezes, seus integrantes como participantes dos dois segmentos, ou seja, diante da busca pelo aperfeiçoamento ou boa formação moral de seus membros, tanto maçons como espíritas, muitas vezes chegam a ser os mesmos personagens sociais. Restando ainda, desdobrar o tema e sugerir uma outra indagação, não menos inquietante, porém muito pertinente, levando à reflexão sobre até que ponto na história cultural brasileira, se pode afirmar que foram os maçons os primeiros e principais divulgadores da teoria doutrinária espírita, a começar pela Bahia, seguindo para o Rio de Janeiro, São Paulo e posteriormente, por todos os Estados do Brasil.

Diante do rigor cada vez maior da Igreja católica, a partir da segunda metade do século XIX, precisamos nos atentar para o contexto, de modo a realmente buscarmos compreender o que se passava.

O fato de Kardec sugerir que a fé cega não era mais daquele século, e ainda assim, década e meia se passa e o Concílio Vaticano I insistir que a só a fé iluminava a razão, sendo que a fé deveria ser compreendida como um dom ou uma graça dada por Deus, diante do qual, todo fiel deveria crer nos dogmas da igreja, uma vez que só a ela e a ninguém mais, era permitido interpretar os evangelhos, *não sendo jamais permitido, nem a título de uma inteligência mais elevada, afastar-se deste sentido*, uma vez que *o verdadeiro sentido dos dogmas é aquele dado pela Santa Madre Igreja (Concílio Vaticano I, Sessão III, Cap. IV A Fé e a Razão)*.

Sendo assim, temos que considerar as duas opções: primeiro, a proposta de liberdade e o conselho de Kardec para que os homens não se abdicassem do livre raciocínio e do livre arbítrio; segundo, a abordagem em tom de normativa, já expondo a penalidade da excomunhão àqueles que ousassem descumprir uma determinação autoritária e paternalista, insistindo na menoridade ou na infância do homem, incapaz de discernir e escolher seu próprio caminho, daí a idéia de “guarda e mestra”, objetivando assim se conservar, “pelo divino poder a nós atribuído como única condutora de almas”.

Por qual destes dois caminhos, destas duas opções optaram os homens do final do século XIX e início do XX? Insistimos em deixar esta questão em aberto, nossa proposta aqui se restringe a contribuir com um diálogo um pouco diferente. A história do pensamento e da cultura no Brasil ainda haverá de passar por este percurso que ora expomos.

A idéia de progresso, que haverá de ser totalmente rejeitada pela igreja em sua vertente ultramontana, destruindo a filosofia da história na qual se apóia, quando objetivavam ao invés do avanço na história e, portanto, no tempo, lançam as bulas e encíclicas, elaboradas com discursos alarmantes contra o tempo moderno, pregando pela necessidade de lutar contra os perigos que avançam, convidando a todos a retrocederem no tempo em que, ocupava um espaço central na sociedade.

*A lei de progresso*, contida no capítulo VIII, de *O livro dos espíritos*, defende a idéia de o progresso ser uma condição da natureza humana, não existindo ninguém com o poder de a ele se opor; o alvo a atingir, não podendo nunca o homem deter sua marcha, sendo-lhe permitido apenas “*entravá-la algumas vezes*”. O progresso,

É uma força viva que as más leis podem retardar, mas não asfixiar. Quando essas leis se tornam de modo incompatíveis com o progresso, ele as derruba, com todos os que as querem manter [...] O homem não pode permanecer perpetuamente na ignorância, porque deve chegar ao fim determinado pela Providência; ele se esclarece pela própria força das circunstâncias (KARDEC, 2006, p.262).

Prosseguindo com o *Concílio Vaticano I*, em abordagem sobre a fé católica em Cânones I, *Sobre Deus, criador de todas as coisas*:

Se alguém disser que a substância ou essência de Deus é a mesma que a substância ou essência de todas as coisas – seja excomungado.

Se alguém disser que as coisas finitas, tanto corpóreas como as espirituais, ou ao menos as espirituais, emanaram da substância divina; ou que pela manifestação ou evolução da essência divina se originaram todas as coisas; ou, finalmente, que Deus é um ser universal ou indefinido, que, ao ir-se determinando, daria origem à universalidade das coisas, distinta em gênero, espécie e nos indivíduos – seja excomungado.

Se alguém não professar que o mundo e todas as coisas nele contidas, quer espirituais, quer materiais, foram por Deus tiradas do nada, segundo toda a sua substância; ou disser que Deus criou, não com vontade inteiramente livre, mas com a mesma necessidade com que ama a si mesmo; ou negar que o mundo foi feito para a glória de Deus – seja excomungado. (CONCÍLIO VATICANO I, CÂNONES I, 3 a 5).

Enquanto para os espíritas a definição de Deus, como inteligência suprema e causa primária de tudo que existe, ou seja, o criador de tudo, inclusive das “coisas corpóreas como as espirituais”, deve-se entender que estas últimas, sejam infinitas, pois que “a criação dos espíritos é permanente, o que quer dizer que Deus jamais cessou de criar” (Kardec, 2006, p.77).

Para em Cânones IV, *Sobre a fé e a razão*, observarmos as táticas e estratégias de uma campanha que haverá de obter sucesso, ou seja, a expansão do número de escolas fundadas e dirigidas por religiosos que haverão de formar milhares de jovens em diversas regiões, dentre estas, o Brasil:

Se alguém disser que na Revelação Divina não há nenhum mistério verdadeiro e propriamente dito, mas que todos os dogmas da fé podem ser compreendidos e demonstrados pela razão, devidamente cultivada, por meio dos princípios naturais – seja excomungado.

Se alguém disser que as ciências humanas devem ser tratadas com tal liberdade, que as suas conclusões, embora contrárias à doutrina revelada, possam ser retiradas como verdadeiras e não possam ser proscritas pela Igreja – seja excomungado.

Se alguém disser que às vezes, conforme o progresso das ciências, se pode atribuir aos dogmas propostos pela Igreja, um sentido diverso daquele que ensinou e ensina a Igreja - seja excomungado  
Por isso, Nós, cumprindo o Supremo Ofício Pastoral que nos cabe exercer, pedimos insistentemente, pelas entranhas de Jesus Cristo, a todos os fiéis cristãos, especialmente aos chefes e aos que exercem o ofício de ensinar, e mandamos, com a autoridade do mesmo Deus e Salvador nosso, que se esforcem por eliminar e afastar da Santa Igreja, tais erros, e por difundir a luz da fé pura e verdadeira. Porém, já que não é possível evitar a heresia, a não ser fugindo também daqueles erros que se aproximam mais ou menos dela, lembramos a todos, o dever de observar também, as Constituições e os Decretos, pelos quais esta Santa Sé proscree e proíbe tais opiniões perversas, que não vêm aqui enumeradas.” (Concílio Vaticano I, Cânones IV, de 1 a 3)

Culminando com o resultado da IV sessão do mesmo Concílio, realizada em 18 de julho de 1870, propondo a *Primeira constituição dogmática sobre a igreja de Cristo*, em que expõe e justificam a necessidade da mesma, em razão de,

E como as portas do Inferno se insurgem de todas as partes, de dia para dia, com crescente ódio contra a Igreja divinamente estabelecida, a fim de fazê-la ruir, se pudessem, Nós julgamos necessário para a guarda, para a incolumidade e para o aumento da grei católica, após a aprovação do Concílio, propor a crença dos fiéis, a doutrina sobre a instituição, a perpetuidade e a natureza do Santo Primado Apostólico, no qual reside a força e a solides de toda a Igreja, segundo a fé antiga e constante da igreja universal, proscreevendo e condenando os erros contrários, tão perniciosos a grei do Senhor.

Em seqüência o capítulo I - *A instituição do arimado Apostólico em São Pedro*, lê-se:

Se, pois, alguém disser que o Apóstolo Pedro não foi constituído por Jesus Cristo, príncipe de todos os Apóstolos e Chefe Visível de toda Igreja militante; ou disser que ele não recebeu direta e imediatamente do mesmo Nosso Senhor Jesus Cristo, o primado de verdadeira e própria jurisdição, mas apenas o primado de honra – seja excomungado. (Concílio Vaticano I, Sessão IV, Cap.I, Cânon 1823)

Para só então deixar bem claro que o pontífice romano tem o supremo poder de governar toda a Igreja e declarar ‘que ele é o juiz supremo de todos os fiéis’, contraditório e polêmico tema sobre *O magistério infalível do romano pontífice*, o mais importante de todos os tópicos apresentados para discussão entre os 764 prelados que estiveram presentes durante as sessões do Concílio Vaticano I, e que, não fosse o cuidado de transcrever o discurso do bispo croata Josip Juraj Strossmayer, em obra



publicada apenas passados quatro anos do Concílio, pelo grupo de clérigos, alguns declaradamente dissidentes da igreja, outros suspensos, este documento histórico haveria de encontrar-se perdido ou inacessível aos pesquisadores laicos.

A transcrição do discurso do bispo Strossmayer compõe a obra denominada *Roma o evangelho*, publicada pelo Círculo Cristiano Espiritista de Lérida, Espanha, cujos resumos e compilações, são de autoria dos professores da Escola Normal de Lérida, dom José Amigó y Pellicer e dom Domingo de Miguel, e que, posteriormente haveriam de fundar a revista *El buen sentido*, de propaganda espírita. Sobre esta obra, *Roma e o Evangelho*, Mário Méndez Bejarano, autor da *História de la filosofía em España hasta el siglo XX*, após citar a relação de obras espíritas publicadas em Espanha, no final do século XIX, informa que,

De todos estos libros, dos lograron más fortuna, Roma y Evangelio y Marieta. El primero, dictado a Miguel Amigó y otros maestros de Lérida, contiene La exposición de La doctrina com rudos ataques a La iglesia católica, numerosos textos bíblicos em comprobación de los principios espiritistas y buen golpe de comunicaciones, algunas dignas de leerse, otras vulgares y vacías. La edición se agotó rápidamente y hoy ES libro de extraordinária rareza. (BEJARANO, 1927)

A Federação Espírita Brasileira fora fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1884, - o mesmo da Encíclica *Humanum Genus*, do papa Leão XIII, e que mais adiante nos dedicamos a analisar; entre seus fundadores e associados, inúmeros eram maçons, os quais decidiram por fundar sua própria livraria e editora no ano de 1897, selecionando a obra *Roma e o evangelho* dentre os primeiros títulos a serem traduzidos e editados, vindo a público em primeira de uma seqüência de edições, no ano de 1899, enquanto presidente da Federação, o médico Adolpho Bezerra de Menezes, que fora o tradutor da primeira edição francesa de *Obras póstumas*, em 1892.

A urgência em se traduzir e publicar *Roma e o evangelho* talvez nos auxilie para a que possamos compreender um pouco mais o contexto por que passavam os brasileiros, natos e imigrantes, diante da intolerância contida na constituição que resultou do Concílio Vaticano I e em seguida, da circulação da carta encíclica *Humanum Genus*. Para uma melhor contextualização, não podemos nos esquecer algumas ocorrências históricas no continente europeu.

Quando o papa Pio IX propôs o Concílio Vaticano I, mais de trezentos anos haviam se passado sem que houvessem convocado novo Concílio. Em Trento, o Concílio data de 1563; a partir de 1864, Pio IX inicia um processo de comunicações internas, onde mostra sua intenção de reunir novo Concílio; a Bula de Convocação data de 1868, para em dezembro de 1869 dar início ao Concílio em Roma, que se estenderá até dezembro de 1870.

Em setembro do mesmo ano, em 1870, Victor Emanuel II, após contar com o apoio dos liberais, amparados pelos soldados de Garibaldi, sendo este mesmo, maçom, cerca Roma, declarando-a capital da Itália unificada, concedendo ao Papa Pio IX a chamada Lei das Garantias, que daria ao papado, direitos de soberania, embora restrito ao Vaticano. Ainda em 1870, a França e a Prússia se encontram em graves conflitos. Na Espanha, que nos interessa mais de perto, assim como a Itália, em virtude da influência destes imigrantes na propagação tanto do espiritismo, fundando centros ou promovendo reuniões em suas próprias casas, ao mesmo tempo em que são iniciados e fundadores de lojas maçônicas, onde se identificam com o sentido proposto pelas *fratelli*, sociedades italianas, de apoio mútuo que se organizam num sistema de irmandade, fraternos em novo território na pátria de adoção.

Organizando-se os espanhóis, em zonas urbanas ou rurais, deixando marcas em nossa história regional brasileira como sendo os grupos que mais fundaram centros espíritas, ainda nas fazendas em regime de colonato ou mesmo como pequenos proprietários de terras, no meio urbano, integrando grupos diversos de estudo e prática do evangelho, segundo a interpretação espírita. Esta história, ainda por se fazer escrita, se confirma na oralidade. Quanto à Espanha, terra que abrigou o Círculo Cristiano Espiritista, é ainda Bejarano quem nos conta:

La fiebre ascendía por momentos, los centros, los libros y las revistas se multiplicaban y la ola llegó a salpicar las regiones oficiales. En 1873, el día 26 de agosto, se presentó a las Cortes Constituyentes una proposición redactada en los siguientes términos: Los diputados que suscriben, conociendo que la causa primera del desconcierto que por desventura reina en la nación española en la esfera de la inteligencia, en la región del sentimiento y en el campo de las obras, es la falta de fe racional, es la carencia en el ser humano de un criterio científico a que ajustar sus relaciones con el mundo invisible, relaciones hondamente perturbadas por la fatal influencia de las religiones positivas, tienen el honor de someter a la aprobación de las Cortes Constituyentes la siguiente enmienda al proyecto de ley sobre

*reforma de la 2. Enseñanza y de las facultades de Filosofía y Letras y de Ciencias. El párrafo 3. Del artículo 30, Título II, se redactará del siguiente modo: Tercero. Espiritismo. Firmaban esta proposición D. José Navarrete, D. Anastacio García López, D. Luis J. Benítez de Lugo, D. Manuel Corchado y El Sr. Redondo Franco. El encargado de defenderlo era Navarrete, pero no hubo lugar por haber ocurrido antes, el golpe de Estado de 3 de Enero de 1874. (BEJARANO, 1927)*

A chamada Primeira República da Espanha, de curta duração, foi justamente o período de constituição do grupo de Lérida e a publicação de *Roma e o evangelho*, ou seja, de 1873 a 1874, quando se deu a restauração da monarquia, retomando o poder a dinastia Bourbon, com Alfonso XII, instalando-se o conservadorismo e induzindo a saída de inúmeros espanhóis rumo à países de imigração, como o Brasil, prosseguindo durante todo a regência de Maria Cristina de 1886 a 1902.

Se o projeto acima não obteve o tempo necessário a ser apresentado às cortes constituintes, ainda assim, em 1888, Barcelona sediou o Primeiro Congresso Internacional Espiritista, evento de significativa importância, se considerarmos o episódio conhecido por Auto de Fé de Barcelona, quando em 9 de outubro de 1861, por decisão da igreja, foram queimados 300 exemplares das obras de Allan Kardec, que o próprio professor francês havia remetido, a título de encomenda, ao livreiro Maurício Lachâtre. Para em 1889, realizar-se o Congresso Internacional Espiritista e Espiritualista de Paris, onde se reuniram representantes de diversas nações, impulsionando as obras kardecistas de modo a expandir o conhecimento do conteúdo filosófico das mesmas. A partir deste evento, em Espanha,

*En Loja se multiplicaban los adeptos. El espiritismo se había fundido con la masonería. Todos los espiritistas eran masones Del Gr.:O.:Esp. y se creó una logia de adopción a que pertenecieron bastantes señoras. El día del aniversario de la desencarnación del expositor Mr. Hipólito Rivail, conocido por Allan Kardec, el San Pablo del espiritismo, se verificaba anualmente una velada magna en el Teatro, a la cual solían concurrir representantes de casi toda Andalucía. (BEJARANO, 1927)*

A atenção em citar, transcrever e analisar aspectos sobre o espiritismo e a maçonaria em outros países, neste trabalho privilegiando os espanhóis, mais uma vez justificamos dada a importância da participação dos imigrantes que vieram para o Brasil, tanto na constituição de lojas maçônicas como em instituições filantrópicas espíritas, dentro das quais sempre funcionaram salas para o estudo filosófico e a prática

do experimentalismo científico, observando que o aspecto religioso não prescinde de padres ou pastores, nem mesmo de constituir-se uma hierarquia própria como a exemplo de outros seguimentos religiosos.

A prática religiosa se dá no espiritismo, na caridade para com o próximo, na maioria das vezes abrigando-se em instituições de amparo à velhice, à criança, aos doentes mentais, enfim, para que se compreenda o aspecto religioso na interpretação dos adeptos da doutrina espírita, é preciso que se desvincule a idéia que se tem de religião associada à prática de estados contemplativos, de noites de vigília, retiros de oração.

A representação da religiosidade para os espíritas se dá na dinâmica da caridade, na ação que se faz em benefício ao próximo, seguindo a máxima sugerida: trabalho, tolerância, solidariedade.

Na obra *Roma e o evangelho: estudos filosófico-religiosos e teórico-práticos*, um dos autores, Dom José Amigó y Pellicer, informa que o Círculo Cristiano Espiritista de Lérida se formara em setembro de 1873, muito embora, desde o mês de maio, já houvessem se reunido em grupo para estudar o espiritismo, - portanto três anos após o Concílio Vaticano I, no intuito de estudarem o espiritismo, sem imaginar que um dia se veriam movidos a publicar uma obra de apoio ao espiritismo,

Levávamos a suspeita de encontrar, na nova doutrina, pontos ridículos – flancos vulneráveis – e motivos mais que suficientes, não só para votarmo-la ao desprezo, como para sepultá-la por atentatória das sábias leis da moral evangélica; caso em que estávamos, de antemão, resolvidos a dissolver as nossas reuniões, volvendo cada um de nós ao seu estado anterior. Força, porém é confessar que redondamente falsa era aquela suposição e que infundada e ilegítima era ela. Em vez de teorias ilógicas – afirmações ridículas – crenças supersticiosas e absurdas – e uma moral suspeita, deparávamos com uma filosofia robusta e acessível à razão, sancionada pelos fatos e solidamente firmada nos ensinamentos de Jesus Cristo. Movidos por uma força superior e irresistível, demos, em Setembro, um caráter mais formal às reuniões, estabelecendo, em razão dos estudos feitos e das idéias aceitas, o Círculo Cristiano Espiritista, já então decididos a darmos oportunamente, ao público, o fruto dos nossos trabalhos. Sem o impulso superior e sem a força de convicção e do dever que nos fizeram corajosos, não nos atreveríamos a publicar este livro. (PELLICER, 1940)

Há que se considerar que sendo os autores e compiladores os padres, professores e dirigentes de escolas de ensino, estavam descumprindo totalmente as ordens da constituição e dos cânones do Concílio Vaticano I. Não à toa, observa-se em nota desta

4ª edição brasileira, que, “ poucos meses depois de publicada esta obra, o Ministro da Instrução Pública na Espanha, Marquez de Orovio, suspendia dos seus empregos de Diretor e segundo Professor da Escola Normal de Lérida, por causa das suas opiniões filosófico-religiosas, a D. Domingo de Miguel, presidente do Circulo Cristiano Espiritista, e o autor de Roma e o evangelho”, no caso, D.José, Amigó y Pellicer.

A referida obra divide-se em três partes, sendo a primeira denominada *A razão e a fé* que se divide em diversos sub-capítulos, havendo um com o sugestivo e militante título: *Roma pode errar. Tem errado. Pode portanto, induzir ao erro*; ainda outro: *O Deus dos católicos, O infinito com limites, O absurdo*, assim prosseguindo, com outros sub-capítulos que abordam a *Pluralidade dos mundos habitados, a Pluralidade de existência das almas*, entre outras.

A segunda parte da obra intitula-se, *A razão e a fé esclarecidas pela revelação*, onde transcrevem diversas comunicações que teriam sido citadas ou psicografadas por alguns espíritos; a terceira parte intitula-se *O espiritismo nos livros sagrados*, juntando-se em anexo, ao referir-se à infalibilidade papal, o histórico e polêmico discurso do bispo Strossmayer, o que faz da obra, um importante documento, se considerar na contemporaneidade, com a trajetória de vida do bispo representante da atual Croácia, somando-se o fato de haver sido publicada somente quatro anos posteriores à apresentação das idéias do bispo à assembléia de mais de setecentas pessoas que assistiram e testemunharam o discurso pronunciado durante o Concílio.

O discurso do bispo Strossmayer, constitui-se num importante documento contra a intolerância, que talvez ficasse desconhecido da história, em alguma sala secreta das inúmeras prováveis existentes no acervo documental do Vaticano, não fosse o cuidado em transcrevê-lo em obra de circulação popular. Para que se torne um pouco mais conhecido, segue abaixo um pouco de sua transcrição:

Veneráveis padres e irmãos: Não sem temor, porém com uma consciência livre e tranqüila, ante Deus que nos julga, tomo a palavra nesta augusta assembléia. Prestei toda a minha atenção aos discursos que se pronunciaram nesta sala, e anseio por um raio de luz que, descendo de cima, ilumine a minha inteligência e me permita votar os cânones deste Concílio Ecumênico com perfeito conhecimento de causa. Compenetrado da minha responsabilidade, pela qual Deus me pedirá contas, estudei com a mais escrupulosa atenção os escritos do Antigo Testamento, e interroguei esses veneráveis monumentos da Verdade: se o pontífice que preside aqui é verdadeiramente o sucessor de São Pedro, vigário do Cristo e infalível doutor da Igreja.

Transportei-me aos tempos em que ainda não existiam o ultramontanismo e o galicanismo, em que a Igreja tinha por doutores: São Paulo, São Pedro, São Tiago, São João, os quais não se pode negar a autoridade divina, sem por em dúvida o que a santa Bíblia que o Concílio de Trento proclamou como a Regra da Fé e da Moral. Abri essas sagradas páginas e sou obrigado a dizer-vos: nada encontrei que sancione, próxima ou remotamente, a opinião dos ultramontanos! E maior é a minha surpresa quando, naqueles tempos apostólicos, nada há que fale de – papa sucessor de São Pedro vigário de Jesus Cristo! Vós, Monsenhor Manning, direis que blasfemo; vós Monsenhor Pio, direis que estou demente! Não, Monsenhores; não blasfemo, nem perdi o juízo! Tenho lido todo o Novo Testamento, declaro, ante Deus e com a mão sobre o crucifixo, que nenhum vestígio encontrei do papado. Não me recuseis a vossa atenção, meus veneráveis irmãos! Com os vossos murmúrios e interrupções justificais os que dizem, como o padre *Jacinto, que este Concílio não é livre*; se assim for, tende em vista que esta augusta assembléia, que prende a atenção de todo o mundo, cairá no mais terrível descrédito. Agradeço a S. Ex., o Monsenhor Dupanloup, o sinal de aprovação que me faz com a cabeça; isso me alenta e anima a prosseguir. Lendo, pois, os santos livros, não encontrei neles um só capítulo, um só versículo que dê a São Pedro, a chefia sobre os Apóstolos. Não só o Cristo nada disse sobre esse ponto, como, ao contrário, prometeu tronos a todos os Apóstolos (Mateus, cap.XIX, v.28), sem dizer que o de Pedro seria mais elevado que os dos outros! Que diremos do seu silêncio? A lógica nos ensina concluir que o Cristo nunca pensou em elevar Pedro à chefia do Colégio Apostólico [...] Meus Veneráveis irmãos, não faço questão de calar-me, como quereis, mas não será melhor provar todas as coisas como manda o Apóstolo, e crer só no que for bom? Lembrai-vos que temos um ditador ante o qual todos nós, mesmo Sua Santidade Pio IX, devemos curvar a cabeça: Esse ditador, vós bem o sabeis, é a História! [...] Nunca eu acabaria, meus veneráveis irmãos, se me propusesse a apresentar-vos todas as contradições dos papas, em seus ensinamentos. Como então se poderá dar-lhes a infalibilidade? [...] Não vos enganeis a vós mesmos: Se decretais o dogma da infalibilidade papal, vereis os protestantes, nossos rancorosos adversários, penetrarem por larga brecha com a bravura que lhes dá a História. E que tereis vós a opor-lhes? O silêncio, se não quiserdes desmoralizar-vos. Não griteis, Monsenhores! Temer a História é confessar-vos derrotados! Ainda que pudésseis fazer correr toda a água do Tibre sobre ela, não borrareis nem uma só das suas páginas! Deixai-me falar e serei breve [...] Não griteis, meus veneráveis irmãos. Com gritos nunca me convencereis. A História protestará eternamente sobre o monstruoso dogma da infalibilidade papal; e, quando mesmo todos vós o aproveis, faltará um voto, e esse voto é meu! [...] Os vossos gritos, Monsenhores, não me atemorizam, e só vos comprometem. As minhas palavras têm calor, mas a minha cabeça está serena. Não sou de Lutero, nem de Calvino, nem de Paulo, e sim, e tão somente do Cristo [...] Anátema! Anátema! Para os que contrariam a doutrina de Jesus! Ficai certos de que os Apóstolos se aqui comparecessem, vos diriam a mesma coisa que acabo de declarar-vos [...] Oh! Se Deus

quer castigar-nos, fazendo cair pesadamente a sua mão sobre nós, como fez ao Faraó, não precisa permitir que os soldados de Garibaldi nos expulsem daqui; basta deixar que façais de Pio IX um Deus, como já fizestes uma deusa da Virgem Maria! Evitai, sim, evitai, meus Veneráveis irmãos, o terrível precipício a cuja borda estais colocados. Salvai a Igreja do naufrágio, que a ameaça, e busquemos todos, nas Sagradas Escrituras, a regra da fé, que devemos crer e professar. Digne-se Deus assistir-me. Tenho concluído! (STROSSMAYER *apud* PELLICER, 1940, p.333-45).

O autor de *Roma e o evangelho*, ele mesmo presente no Concílio, anota abaixo, ente parênteses:

Todos os padres se levantaram, muitos saíram da sala; porém alguns prelados italianos, americanos, alemãs, franceses e ingleses rodearam o inspirado orador e, com fraternais apertos de mão, demonstraram concordar com o seu modo de pensar. [...] Coisa singular: desde a tal infalibilidade dos papas, vê-se a Igreja como que atirar-se em um despenhadeiro, de cabeça para baixo! Quão inspirado estava esse Bispo Strossmayer! (PELLICER, 1940, p.345)

O discurso acima auxilia-nos a compreender um pouco mais do processo de fragmentação da igreja católica apostólica romana, ao longo destes últimos séculos, culminando com as decisões do Concílio Vaticano I, acelerando-se no decorrer do século XX, prosseguindo neste século XXI, apontando como a principal causa, a intolerância, sobre diversos aspectos, dentro e fora da instituição. O drama proposto pela igreja a seus pares, inicia-se com o modo considerado insano com que pio IX, antes de propor sua própria capacidade de infalibilidade, lança em 1854, a Bula *Ineffabilis Deus*, na qual define o dogma da Imaculada Conceção de Maria, apelando, pelo sentimento feminino, ao induzir e buscar seduzir o número maior de mulheres para as fileiras do exército feminino católico.

Ivan Manoel, em sua obra *Igreja e educação feminina: uma face do conservadorismo*, aborda o período de 1859-1919, e expõe que o clero ultramontano, ligado a Roma, objetivava formas de combater o mundo moderno, propondo um retrocesso ao regime de privilégios obtidos durante a Idade Média. A igreja buscava desenvolver formas de recuperar um lugar central na sociedade, de modo a evitar o perigo de sua destruição institucional (Manoel, 1996). Na Encíclica *Quanta Cura*, de 1864, pio IX, já se preocupara em expor *Os principais erros da época*, denunciando que,

(...) em meio desta tão grande perversidade de opiniões depravadas [...] como hoje esses inimigos de toda verdade e de toda justiça, adversários encarniçados de nossa santíssima religião, por meio de venenosos livros, libelos e periódicos, espalhados pelo mundo, enganam os povos, mentem maliciosamente e propagam outras doutrinas ímpias, das mais variadas espécies. (PIO IX, 1864)

Além das obras filosóficas de Allan Kardec, embora não sendo nosso objetivo aqui, observamos, com referência à contemporaneidade do final do século XIX, ser imprescindível analisarmos de um modo novo, considerando algumas questões expostas neste artigo, a expressão de Karl Marx, ao fazer aquela célebre afirmação de que a religião seria o ópio do povo. A preocupação de Pio IX com a perda de fiéis da igreja, bem como a questão política decorrente da unificação italiana, assim como o crescimento do pensamento e das doutrinas liberais, fizeram dele, grande aliado do ultramontanismo, culminando com a cegueira, - muito embora a lucidez do bispo Strossmayer ao alertá-lo e aos demais -, e com a pretensão de que atribuir a si próprio a capacidade divina da infalibilidade fosse capaz de não fazer ruir a igreja que se pretendia universal, com um só pastor e um só rebanho.

Em 1884, já como papa, Leão XIII, sucessor de Pio IX, homologa a Encíclica *Humanum Genus*, logo de início citando Santo Agostinho, ao referir-se à sua obra *Cidade de Deus*. Curioso é lembrarmos que dentre os espíritos que compõem a obra da codificação kardecista, Agostinho é o responsável por parte do capítulo III, *Há muitas moradas na casa de meu pai*, onde discorre sobre *Os mundos de expiações e de provas*, *Os mundos regeneradores* e ainda sobre a *Progressão dos mundos*. Também em *Roma e o evangelho*, encontramos duas mensagens atribuídas ao espírito de Santo Agostinho, uma delas referindo-se às diversas moradas da “Casa do Pai”, ou seja, na interpretação espírita, na diversidade de mundos e planetas habitados.

Em *Humanum Genus*, diferente do Santo Agostinho dos espíritos, cheio de fé e gratidão, otimista com o mundo espiritual que possivelmente tenha vislumbrado, ansioso por novas confissões, compartilhando das alegrias com seus irmãos cristãos, o Santo Agostinho da Encíclica é citado, na interpretação dos responsáveis pela composição da carta, como aquele que alertou o gênero humano sobre a existência de duas cidades, ‘*contrárias em suas leis*’. Havendo duas cidades em permanente conflito, uma seria governada por Deus, a cidade celestial; enquanto a outra, ‘*atingindo até o*



*desprezo de Deus, uma cidade terrena*'. A primeira, amparada pela igreja católica, a segunda,

[...] liderados ou auxiliados por aquela sociedade fortemente organizada e difundida, chamada os Maçons, os quais, não mais fazendo qualquer segredo de seus propósitos, eles estão agora abruptamente levantando-se contra o próprio Deus. Eles estão planejando a destruição da Santa Igreja publicamente e abertamente, e isso, com o propósito estabelecido de despojar completamente as nações da cristandade, se isso fosse possível, das bênçãos obtidas para nós através de Jesus Cristo Nosso Salvador [...] Em uma crise tão urgente, quando tão feroz e tão forte assalto é feito sobre o nome cristão, é Nosso ofício apontar o perigo, marcar quem são os adversários, e no máximo de nosso poder, fazer uma barreira contra seus planos e procedimentos, para que não pereçam aqueles cuja salvação está confiada a Nós, e para que o reino de Jesus Cristo, confiada a Nosso encargo, possa não só permanecer de pé e inteiro, mas possa ser alargado por um crescimento cada vez maior através do mundo. (LEÃO XIII, 1884)

O papa Clemente XII, em 1738, com sua *In Eminenti*, já houvera lançado a perseguição aos “*liberi muratori* ou franco-maçons”; àquele período, estando a maioria das nações aliadas à igreja católica, este papa expõe abertamente a campanha para perseguição e punição aos maçons, assim se expressando:

Nós desejamos e ordenamos que todos os bispos e prelados, e outras autoridades locais, bem como os inquisidores de heresia, investiguem e procedam contra os transgressores, independentemente da situação, grau, condição, ordem de dignidade ou proeminência que venham a ter; e que venham a perseguir e punir a todos com sanções componentes da mais alta suspeição de heresia. Para cada um destes e a todos, Nós concedemos e garantimos a livre faculdade de solicitar o auxílio do braço secular, em caso de necessidade, para investigar e proceder contra aqueles mesmos transgressores e para persegui-los e puni-los de acordo com as competentes sanções. (CLEMENTE XII, 1738)

Por mais que nos acostumemos à leitura, estudo e análise de documentos históricos temos que confessar que alguns, ainda nos deixam surpresos, principalmente se observados como posteriores ao movimento renascentista e contemporâneos ao nascente iluminismo. Mais surpresa ainda ficamos quando retomamos no tempo, já próximo ao final do século XIX e observamos o papa Leão XIII, retomar as idéias de Clemente XII. Referindo-se aos maçons como naturalistas, Leão XIII lembra que,

Tão logo a Constituição e o espírito da seita maçônica foram claramente descobertos por manifestos sinais de suas ações, pela investigação de suas causas, pela publicação de suas leis e de seus

ritos e comentários, com a freqüente adição do testemunho pessoal daqueles que estiveram no segredo, esta Sé Apostólica denunciou a seita dos maçons, e publicamente declarou sua constituição, como contrária à lei e ao direito, pernicioso tanto à cristandade como ao Estado; e proibiu qualquer um de entrar na sociedade, sob as penas que a Igreja costuma infligir sobre as pessoas excepcionalmente culpadas [...] è agora Nossa intenção, seguindo o exemplo de Nossos predecessores, tratar diretamente a própria sociedade maçônica, todo o seu ensinamento, seus objetivos, e a sua maneira de pensar e agir, de modo a trazer mais à luz seu poder para o mal, e fazer o que Nós pudermos para deter o contágio desta peste fatal [...] porque a federação maçônica deve ser julgada não tanto pelas coisas que ela tem feito, ou concluído, quanto pela soma de suas opiniões pronunciadas. Agora, a doutrina fundamental dos naturalistas, que eles tornam suficientemente conhecida em seu próprio nome, é que a natureza humana e a razão humana deveriam em todas as coisas ser senhora e guia [...] eles não permitem qualquer dogma de religião ou verdade que não possa ser entendida pela inteligência humana, nem *qualquer mestre que deva ser* acreditado por causa de sua autoridade. E desde que é o dever especial e exclusivo da Igreja Católica estabelecer completamente em palavras as verdades divinamente recebidas, ensinar, além de outros auxílios divinos à salvação, a autoridade de seu ofício, e defender a mesma com perfeita pureza, é contra a Igreja que o ódio e o ataque dos inimigos é principalmente dirigido [...] ensinam que todas as religiões são semelhantes. Este modo de raciocinar é calculado para trazer a ruína de todas as formas de religião, e especialmente da religião Católica, que, como é a única que é verdadeira, não pode, sem grande injustiça, ser considerada como meramente igual às outras religiões [...] Ainda mais, a natureza humana foi manchada pelo pecado original, e é portanto, mais disposta ao vício do que à virtude [...] A seita da Maçonaria mostra-se insolente e orgulhosa de seu sucesso [...] Um ataque tão veemente exige uma igual defesa (Leão XIII, *Humanum Genus*, 1884).

Enquanto o mundo conhecia as propostas de Leão XIII, o Brasil vivia em meio a campanhas abolicionistas, nas quais a cada dia, envolvia-se por todo o território brasileiro, um maior número de maçons; médicos e leigos se dedicavam a aprender, dentre outras coisas, a homeopatia, que haveria e ter como sua maior aliada em terras brasileiras, a recentemente criada Federação Espírita Brasileira, que em seu Departamento de Assistência aos Necessitados, distribuía gratuitamente os medicamentos homeopáticos, conforme seus receituários mediúnicos ou prescritos por médicos encarnados.

Espíritas e maçons se uniam, sem se preocupar com a promessa de ataque da igreja, muito embora ainda estivessem vivenciando os ecos ou ressonâncias da chamada Questão Religiosa, que dera início em 1872, quando o bispo do Rio de Janeiro, Dom

Pedro Maria de Lacerda, resolve suspender o padre Almeida Martins, por haver proferido discurso de gratidão e regozijo ao visconde do Rio Branco, declaradamente maçom, por ocasião da promulgação da Lei do Ventre Livre. Desta ocorrência, outras se desenrolaram, sendo a mais conhecida a que envolveu os bispos dos Estados de Pernambuco e do Pará, que recebeu a denominação de *Questão religiosa*, envolvendo o Estado em pertinências da igreja.

Em sua obra *O pêndulo da história*, Ivan Manoel, de forma didática, divide em três períodos as ações institucionais da igreja, interpretadas como projetos políticos do catolicismo conservador: o primeiro, que se compreende entre o papado de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), corresponderia à ação conservadora, da consolidação da doutrina restauradora da instituição dos fiéis, quando o discurso teria sido o instrumento de ação, reforçando as práticas devocionais da doutrina católica; o segundo período corresponderia ao papado de Leão XIII (1878-1903), quando este, “*sem abandonar a doutrinação contra o mundo moderno, deu passos decisivos para o estabelecimento de uma política de intervenção sobre a realidade*”.

Compreendendo o terceiro período, o papado de Pio X (1903 -1914) a Pio XII (1939-1958), quando a doutrina da igreja houvera se transformado abertamente em política, ao mesmo tempo em que o discurso, transformara-se em ação, “*atuação que se deu no sentido de se recristianizar as estruturas sociais, de dotá-las de um fundamento doutrinário católico, de tirá-las das influências malignas do racionalismo, do materialismo, do liberalismo e do socialismo*” impulsionando a comunidade de fiéis a participar da Ação Católica, programa de ações, “*que acabaram por gerar contradições que levaram ao Concílio Vaticano II e à Teologia da Libertação*”. (MANOEL, 2004, p.12)

O Concílio Vaticano II, ao nutrir e fundamentar a idéia da salvação universal induzia ao raciocínio de que todas as criaturas trazem em si, o germe da semente divina, independente da religião que tenha optado seguir. Não sendo mais possível crer no cânone de que “*fora da igreja católica não há salvação*”. Sendo a salvação comum e inerente ao gênero humano, portador da centelha divina, a idéia do inferno e das penas eternas, perde sentido. As contradições expostas na citação acima referem-se a estas questões, possibilitando uma nova, porém equivocada idéia de ecumenismo ou de uma igreja universal conciliar, para onde haveriam de se reunir fraternalmente fiéis de

qualquer seguimento. Acabando por João Paulo II, quando ainda no papado, ao escrever *Memórias e Identidade*, deixar publicada a frase “*Nos documentos do Concílio Vaticano II, pode-se encontrar uma sugestiva síntese da relação entre o cristianismo e o iluminismo*” (JOÃO PAULO II, 2005, p.126).

Na cidade de Franca, no interior do Estado de São Paulo, no ano de 1871, portanto o primeiro após o Concílio Vaticano I, apesar da liderança da igreja estar nas mãos de um monsenhor, de nome Cândido Martins da Silveira Rosa, legítimo representante do clero ultramontano, formado no Seminário Episcopal de São Paulo. Ainda assim, surge a primeira loja maçônica da cidade, denominada “Amor à Virtude”, seguida de outra que homenageou um dos mais célebres naturalistas, Èmile Zola, autor da obra *O romance experimental*, lançada no ano de 1880 na França, marcando e fundando o pensamento naturalista; passados oito anos, em 1888, Zola teria seu nome em loja maçônica na Franca.

Ilustramos o texto com este fato para evocar atenção para questões que passam muitas vezes despercebidas durante a pesquisa histórica, quando muitos se prendem ao Zola, autor de *Germinal*. A Loja Maçônica que levaria o nome de Èmile Zola, fora fundada em Franca, antes mesmo do episódio do julgamento do capitão Alfred Dreyfus, ocorrido na França, em que Zola, lançaria a campanha anti-semitista, por meio do seu *J'accuse*, denunciando a intolerância da igreja católica para com os judeus. Curiosamente, alguns anos mais tarde, diversos membros da colônia judaica residente em Franca, ao mesmo tempo em que se associavam a instituições espíritas, também são iniciados na maçonaria. Sendo esta uma história de tolerância, ainda a ser escrita.

Por ocasião do centenário da Loja Maçônica “Amor à Virtude”, na cidade de Franca, foi convidado para proferir palestra, na noite festiva de tão importante evento, o médium baiano Divaldo Pereira Franco, autor de dezenas de livros, psicografados por espíritos diversos, e que assim se pronunciou:

O Maçom, eticamente se transforma, ele não apenas se lapida por fora; mas, ele se modifica interiormente, porque, sendo solidário, ele é obrigado primeiro a amar. Ninguém pode ser solidário por dever puro e simples [...] Mas a Maçonaria lhe traz a certeza de Deus e da Alma, o prazer de ser útil, porque ele compreende que a sua, é o resultado da felicidade do seu próximo, ele não pode ser ditoso no deserto, nem viver num paraíso de uma vida de abandono, cercado de problemas em derredor [...] Quando hoje, a Sagrada Ordem expande-se por todas as partes da Terra, onde não existe o absolutismo da intolerância,

porque o grande inimigo da Maçonaria tem sido a ignorância; mas, a Maçonaria jamais se fez adversária, porque a luz é inimiga da treva, a luz tem a grande finalidade de superar a treva, porque afinal de contas, a treva é apenas a luz ausente [...] A Maçonaria neste momento imenso continua derramando as suas bênçãos sobre a Terra, mas, não obstante, aparecem aqueles que não se impregnaram ainda dos ideais maçônicos. Aqueles que simplesmente supuseram adentrar-se na Sagrada Ordem, perseguindo objetivos imediatos, promoções, projeções e portas abertas acreditam eles que o período maçônico já tenha passado, como se na Terra já tivesse sido banida a impiedade, como se tivessem sido expulsos o ódio, a mesquinhez, as paixões subalternas, contra as quais se levantaram os ideais maçônicos em todas as épocas [...] Mais do que nunca, o Supremo Arquiteto do Universo necessita dos seus obreiros, para que eles levantem templos à Virtude e abismos ao vício; para que eles ergam santuários ao dever e calabouços às desgraças; para que eles levantem altares à liberdade e algemas à escravidão; mais do que nunca, porque mais do que nunca, o homem é tão infeliz como hoje [...] E do santuário de amor, onde se trabalha o caráter de um homem, diante da contemplação do `olho que tudo vê`, pelo `compasso`, e pelo `esquadro`, do equilíbrio os ideais da humanidade vigem, e enquanto frondeja um ramo de acácia na Terra, pode-se dizer que Issa está olhando a Humanidade, sob as bênçãos do Arquiteto Supremo. Enquanto houver o Ideal Maçônico, a certeza de Deus, da Imortalidade da Alma, da Solidariedade, haverá Esperança, como estabeleceu Allan Kardec: `Trabalho, Solidariedade, Tolerância`, e como definiu: `Fora da Caridade não há Salvação`. Nesta simbologia de Tronco da Solidariedade, como teve ocasião de dizer: não é crença que salva, é comportamento do homem, na ação da caridade [...] E porque a Maçonaria está acima das confissões religiosas, a Doutrina Espírita, que veio trazer a dimensão de Deus, da Imortalidade da Alma, explicando a Lei do Carma, da Balança, de Vídya, as Leis de Causa e Efeito; essa doutrina que é uma Ciência de investigação, que é uma Filosofia Comportamental, e que é a Religião. Não uma religião a mais; ela é a Religião Universal – que fez a religião da criatura com o seu Criador, sem a necessidade de intermediários. Esta doutrina, similar à filosofia maçônica, estabelece para este momento grave da Humanidade, o postulado do Amor (FRANCO *apud* POGGETTI, 2006).

Estando as leis de Deus escritas na consciência dos homens, estes compreendendo a urgência do conhecimento de si, pelo sentido íntimo da razão, reinterpretam sua condição de criatura. A liberdade de pensar, a liberdade de consciência dá novo significado ao livre arbítrio. Observando-se senhor de si, único responsável por seus atos, isento da mácula do pecado original, o homem compreende-se herdeiro de si próprio, de suas virtudes, de suas transgressões. Senhor de sua

consciência, consegue discernir entre o bem e o mal, e reflete sobre a trajetória mais curta e menos penosa.

Pedra bruta que fora já é capaz de sentir que a dor do próximo pode um dia ser a sua, juntando-se à luta contra os absolutismos, contra qualquer tipo de escravidão, contra o limite imposto à liberdade de consciência, contra a imposição de limites à ciência, contra a censura na imprensa, contra os preconceitos raciais. Enfim, no traçado de sua filosofia da história, conclui-se que tanto os espíritas como os maçons têm muito em comum: a busca pelo conhecimento de si, marcando o nascimento da filosofia, e o sentimento de liberdade e discernimento na criatura, data de muitas eras.

Consideramos necessárias tantas referências que fizemos, para o esforço em conseguir visualizar, de modo contextual, a enorme abrangência que foi a redescoberta do homem em poder transgredir aos cânones da igreja, libertando sua consciência do temor da culpa eterna, dos pecados mortais e da pena do inferno repleto de demônios e do fogo eterno, ao mesmo tempo em que buscamos analisar as razões e os temores da milenar instituição diante do emergente perigo em perder, a partir do século XIX, seu tamanho e inigualável trunfo.

Conclui-se por um lado que se a ordem maçônica foi, nos últimos anos da história da igreja, a guardiã da liberdade de consciência, por outro lado, conclui-se que a partir da segunda metade do século XIX, o espiritismo, especialmente compreendido sob seu aspecto filosófico, foi o instrumento pelo qual a maçonaria pode reunir maior número de seguidores, que encontravam nas obras de Allan Kardec, a síntese da ética e da moral cristã, como facilitador da compreensão dos desígnios tanto da ordem como do espiritismo.

Com o intuito de finalizar e esperando haver contribuído um pouco para o esclarecimento de aspectos históricos, considerados por nós como de grande importância tanto para a historiografia da maçonaria, como do espiritismo, passamos à transcrição de parte da palestra de Divaldo Franco, pronunciada na Loja Maçônica “Luiz de Camões”, no Rio de Janeiro, também em noite festiva, quando se comemorava o Dia do Maçom, a 20 de agosto do ano de 1997, onde com o intuito de expor um pouco da filosofia orientalista, expõe também a importância e a demorada trajetória na história do pensamento, que foi a busca por conhecer o sentido da consciência:

No *Bhagavad Gita* há um momento em que Krishna se acerca de Arjuna e fala-lhe da guerra que deve ser travada, uma guerra sangue sedenta – sem quartel, uma guerra ilimitada [...] E essa batalha deve ser travada na consciência, no campo da consciência – onde ninguém vê, mas onde a criatura humana se exalta e encontra a plenitude. Mais tarde, Allan Kardec – o ínclito codificador da Doutrina Espírita, terá a oportunidade de interrogar as vozes que administram os destinos da Terra. Onde está escrita a Lei de Deus? Conforme se lê na questão 621 de *‘O Livro dos Espíritos’*. E os Embaixadores Celestes redargüiram – na Consciência. A Consciência é o altar do pensamento Divino e é o campo de batalha de eleição da nossa vida. A Consciência, ao tempo de Allan Kardec, era tida na direção do conhecimento. Foi a partir de Carl Gustav Jung – o psiquiatra suíço de Zurique, que ao lado de Freud monta à realidade da Psicanálise, que dirá mais tarde, por volta de 1950 – a conquista da Consciência, é o momento mais elevado da evolução Antropológica – Sociológica - Psicológica, é o momento máximo da criatura humana, é aquele clímax, quando o Ego toma conhecimento dos seus conteúdos psíquicos e é capaz de administrar a sua realidade, quando o Ego se adquire lúcido, se encontra fortalecido para administrar a vida. A tese Junguiana é a tese Kardequiana, que por sua vez é a tese de Krishna e que por sua vez é o grande pensamento Essênio. Ainda em *‘O Livro dos Espíritos’*, na questão 919, Allan Kardec interroga como será possível tornar mais amena a vida para lutar contra as paixões, e as Entidades Excelsas redargüem: -Um sábio da Antiguidade já vo-lo disse: *‘Conhece-te a ti mesmo’* [...] admiráveis construtores da Era Nova abriram espaço para que Allan Kardec, quando chegasse, pudesse também visitar Lojas Maçônicas, em Paris, conforme se pode constatar, ele possuía na sua casa o Avental, alguns dos Instrumentos dos Pedreiros, embora não se tenha a prova histórica de que ele tenha aceitado o divino rito e penetrado no Santuário como pedra bruta e que se fez trabalhar. (FRANCO *apud* POGGETTI, 2006a).

Ao encerrar este trabalho, como já havíamos anteriormente nos referido, mais uma vez esclarecemos que, ao invés de tentar buscar respostas ou conclusões que respondam algumas ou parte das questões aqui expostas, muitas delas, secularmente adormecidas, nosso esforço consistiu apenas em contribuir para o surgimento de novas abordagens em novas temáticas de pesquisa para a história da cultura no Brasil, bem como desdobramentos desta nossa análise.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Célia M. M. **Maçonaria: história e historiografia**. São Paulo: Revista USP, n.32, ano 1997.

BEJARANO, Mario Méndez. **Historia de la filosofía em España hasta el siglo XX**. Oviedo: Biblioteca Filosofía em Español, 1927

CONCÍLIO VATICANO I, Pio IX, 1870.

FRANCO, Divaldo Pereira *In*: POGGETTI, Carlos A. **Maçonaria, a Ciência e a Filosofia Orientalista**. Franca: Edições Sírius, 2006 a.

\_\_\_\_\_. Ideal Maçônico: a certeza de Deus, do Trabalho, da Solidariedade e da Tolerância. *In*: POGGETTI, Carlos Alberto. **Do Antigo Egito à Física Quântica**. Franca: Edições Sírius, 2006, vol. I.

HUMANUM GENUS, Carta Encíclica. Leão XIII, 1888IN EMINENTI, Bula. Clemente XII, 1738.

INEFFABILIS DEUS, Bula. Pio IX, 1854.

JOÃO PAULO II, Papa. **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005

KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. São Paulo. Tradução de J. Herculano Pires, 65. Ed.. São Paulo: LAKE, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Evangelho Segundo o Espiritismo**. Catanduva: Boa Nova. Tradução Salvador Gentile. 8.ed. São Paulo: IDE, 2007.

LEFRAISE, Armand, MONTEIRO, Eduardo Carvalho. **Maçonaria e Espiritismo**: as relações de Allan Kardec e León Denis com a Maçonaria. São Paulo: Madras, 2007.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O Pêndulo da História**: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960). Maringá: Eduem, 2004.

\_\_\_\_\_. **Igreja e Educação Feminina** (1859-1919): uma outra face do conservadorismo. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

PELLICER, José Amigó y. **Roma e o Evangelho**: estudos filosófico-religiosos e teórico-práticos. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 4 ed.,1940.

QUANTA CURA, Carta Encíclica. Pio IX, 1864.

VASSAL, Pierre-Gérard. **Curso Completo de Maçonaria: História Geral da Iniciação**. São Paulo: Madras, 2004.